

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

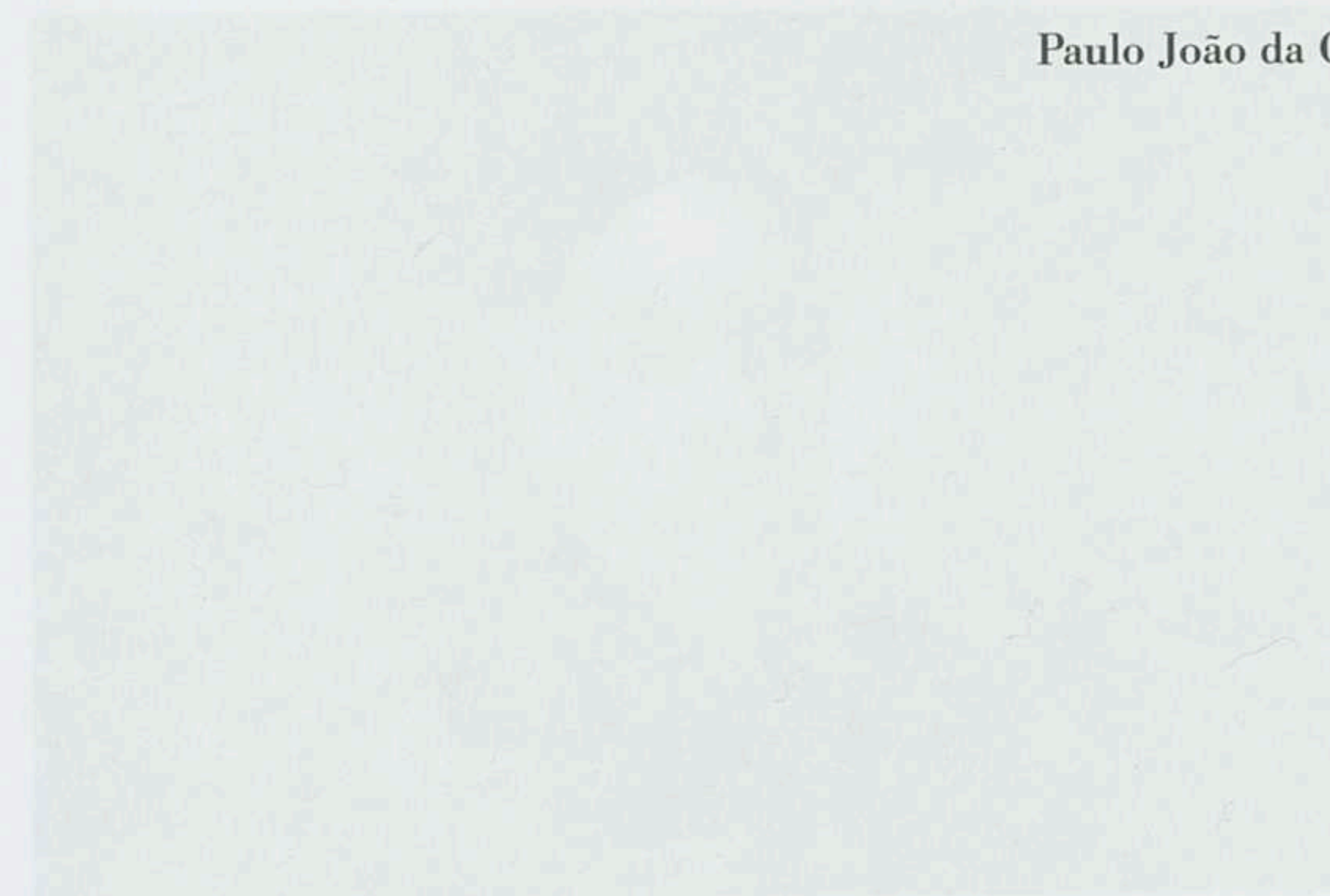
...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

As relações entre Portugal e a Santa Sé entre 1814 e 1816

Paulo João da Cunha Oliveira



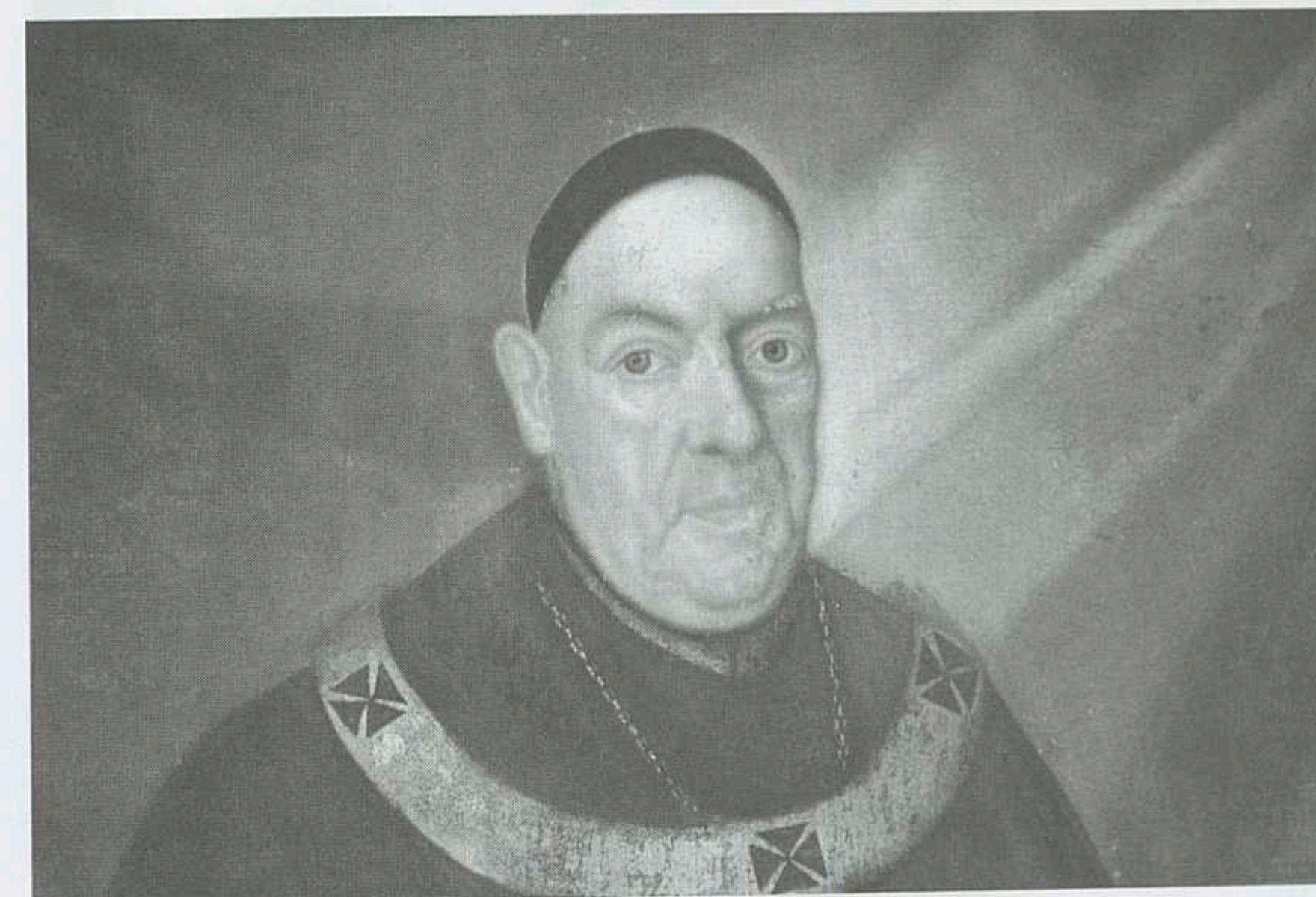
Carta de D. João VI para o Papa Pio VII, datada de 1814, sobre a situação da Igreja Católica no Brasil.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

...e a Igreja Católica, que se tornou o principal agente de transformação social e cultural no Brasil. A Igreja Católica, por meio de seus missionários, promoveu a evangelização e a educação dos indígenas, o que levou à assimilação da cultura europeia e à formação de uma nova identidade nacional. A Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na construção do Estado brasileiro, atuando como um agente de unificação e de consolidação do poder central.

As relações entre Portugal e a Santa Sé entre 1814 e 1816. A questão da nomeação do beneditino Fr. Joaquim de Santa Clara para Arcebispo de Évora.



Frei Joaquim de Santa Clara
Pintura sobre tela
Mosteiro de São Martinho de Tibães
Jorge Inácio

Foi no longo período de regência de D. João VI (1792-1816) que surgiu o caso que envolveu um monge beneditino e que esteve na origem da ameaça de corte de relações entre Portugal e a Santa Sé. Foi a nomeação, por parte do monarca, do beneditino Fr. Joaquim de S.^a Clara Brandão para Arcebispo de Évora, em 1814: *Em 25 de Julho foi nomeado na Corte do Rio de Janeiro Arcebispo de Évora, o nosso R.mo P.e M.e Dr. Fr. Joaquim de S.^a Clara, Lente de Prima na Universidade de Coimbra*¹. Efectivamente, este monge beneditino, contava com a oposição de um grupo de pessoas ligadas à Igreja e mesmo dentro da sua Congregação, que não aprovavam a referida nomeação e que promoveram junto do Núncio e da Santa Sé a recusa deste homem da “ilustração”, cuja formação filosófica, positiva e cartesiana, comungava das ideias regalistas que caracterizavam a política de Pombal².

¹ *Dietário Principiado no Triennio do N. R.mo Preg.or G.al Jub.º Fr. Manuel de Santa Rita Vasconcellos por Fr. Francisco de S. Luiz actual Secretario da Congregação* [Mosteiro de Tibães] (1798-1829), fl. 54.

² Cf. SOUSA, D. Gabriel – Camilo e o monge panegerista de Pombal. *O Tripeiro*. Porto: 1971. Ano XI, VI Série, n.º 10, pág. 299.



Mosteiro de São Martinho de Tibães
Vista geral do mosteiro
Teresa Silva

Fr. Joaquim nasceu no Porto, na freguesia da Sé, em 30 de Agosto de 1740, com o nome de Joaquim José Lopes, filho de capitão Valério José Lopes e de Jacinta do Nascimento. Tomou o hábito beneditino no Mosteiro de Tibães a 31 de Março de 1757, com 16 anos. Filho do povo, entrou para a elitista Ordem de S. Bento através da “prenda” de canto e órgão. Completou a profissão monástica entre o Mosteiro de Rendufe e o colégio de S. Bento de Coimbra, onde foi ordenado sacerdote a 24 de Maio de 1766. Foi depois professor de Grego, Hebraico e Filosofia no mesmo colégio a partir de 1770. Na Universidade, aonde foi professor de Hebreu e de Teologia, leccionou durante mais de 30 anos. Foi, desde a sua fundação, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa; também foi sócio correspondente da Academia de Lovaina, na Bélgica. Foi nomeado pregador régio da capela do palácio da Bemposta em 17 de Fevereiro de 1790³. Na Congregação beneditina ocupou dois cargos: o de Dom Abade reitor do colégio de S. Bento em Coimbra, entre 1798 e 1801, e o de Director Geral dos Estudos da Congregação desde 1786 até à sua nomeação para Arcebispo de Évora, em 1814. Faleceu em Évora em 11 de Janeiro de 1818.

³ Cf. SOUSA, D. Gabriel – *Escritores Beneditinos naturais da cidade do Porto*. Porto, 1997, pp. 155-157. No artigo sobre Fr. Joaquim de S.^a Clara, desenvolvido neste livro entre as págs. 146-190, D. Gabriel de Sousa descreve-nos o percurso de vida de Fr. Joaquim e aflora algumas das questões que aqui abordamos.



Mosteiro de São Martinho de Tibães
Claustro do Cemitério
Teresa Silva

A difusão de novas ideias, de características racionalistas e antiaristotélicas, começa a implantar-se de forma efectiva ainda em meados do século XVIII, pois em 1755, no Capítulo Geral realizado em Tibães, alguns Mestres do colégio de Coimbra solicitaram autorização em Capítulo para se implementar o estudo da doutrina de S.^o Anselmo nos colégios da Ordem: *Leu-se uma petição de alguns Padres Mestres do nosso Colégio de Coimbra, em que pediam se seguisse nas nossas aulas a doutrina de Nosso P.e S.^o Anselmo, e cometendo-se este ponto aos Padres Mestres que se achavam em Capitulo resolveram se seguisse [...] cuja resolução aprovou Capitulo Geral e manda que infalivelmente assim o observem em virtude de Santa obediência [...] E a respeito de se seguir a doutrina de S.^o Anselmo, recorra o Reverendissimo ao Sr. Nuncio para reformar o Breve que há dos Estudos*⁴. Mais tarde, em 1773, também em Capítulo Geral, os beneditinos alteram o seu *Plano de Estudos*, seguindo a Reforma da Universidade: *Determina Capítulo Geral e ordena que o Nosso Reverendissimo tenha a mais exacta vigilância para que se pratique o mesmo Método que mandam os novos, sábios e iluminados Estatutos da Universidade de Coimbra, dando todas as providências necessárias e auxílios precisos para que os respectivos Leitores possam bem cumprir tudo o que neles se acha legislado...*⁵.

⁴ IANTT – *Actas Capitulares de Tibães*. Capítulo Geral de 1755. Livro n.º 2, 1752-1780, fl. 7 v.

⁵ Idem. Capítulo Geral de 1773, fl. 19 v.

PLANO,
E
REGULAMENTOS
DOS
ESTUDOS
PARA A CONGREGAÇÃO
DE
S. BENTO
DE PORTUGAL.
PRIMEIRA PARTE.

*Otiogitas inimica est anima; & ideo certis temporibus occupari debent
Fratres in labore manuum; certis iterum horis in lectione Divina.*
Regul. S. Bened. cap. 48.



LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA
M. DCC. LXXXIX.
*Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Ename,
e Confirmação das Livras.*

Mosteiro de São Martinho de Tibães
Plano de Estudos da Congregação Beneditina Portuguesa de 1789

É, de facto, na segunda metade do século que as tendências iluministas, buscando conciliar o racionalismo e o sensismo, implicarão uma nova ideia de razão, dinâmica e evolutiva, aberta à experiência e voltada para o progresso moral e científico. O colégio de S. Bento de Coimbra, próximo da Universidade, onde estudaram muitos beneditinos, constituiu um verdadeiro viveiro de circulação de novas ideias que as letras e as ciências, em franco desenvolvimento na Europa, iam fazendo aportar ao nosso país. Os monges com mais francas possibilidades intelectuais, iam para Coimbra completar os seus estudos e deixavam-se embeber do novo pensamento em voga na época: o iluminismo racionalista. O pombalismo e a mudança que representava entusiasmou alguns deles, como Fr. Joaquim de S.^a Clara, Fr. Francisco da Natividade, Fr. Francisco de S. Luís Saraiva e Fr. António da Assunção Meireles, entre outros.

No entanto, alguns desses homens evoluem de um sentido de Estado autocrático para novas ideias que se prefiguraram com a Revolução Americana, cumpriram-se com a Revolução Francesa e que assentavam na liberdade individual. Entre estes homens das “luzes” e do racionalismo, encontravam-se alguns beneditinos, como Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, o seu irmão Fr. Luís dos Serafins, Fr. José de Aquino, Fr. Vicente da Soledade e Castro (Arcebispo da Baía em 1819 e primeiro presidente das Cortes portuguesas em 1820) e o já referido Fr. Joaquim de S.^a Clara. Alguns de entre estes estarão na primeira linha do novo poder liberal, instaurado em 1820.

O Plano de Estudos beneditino e suas repercussões

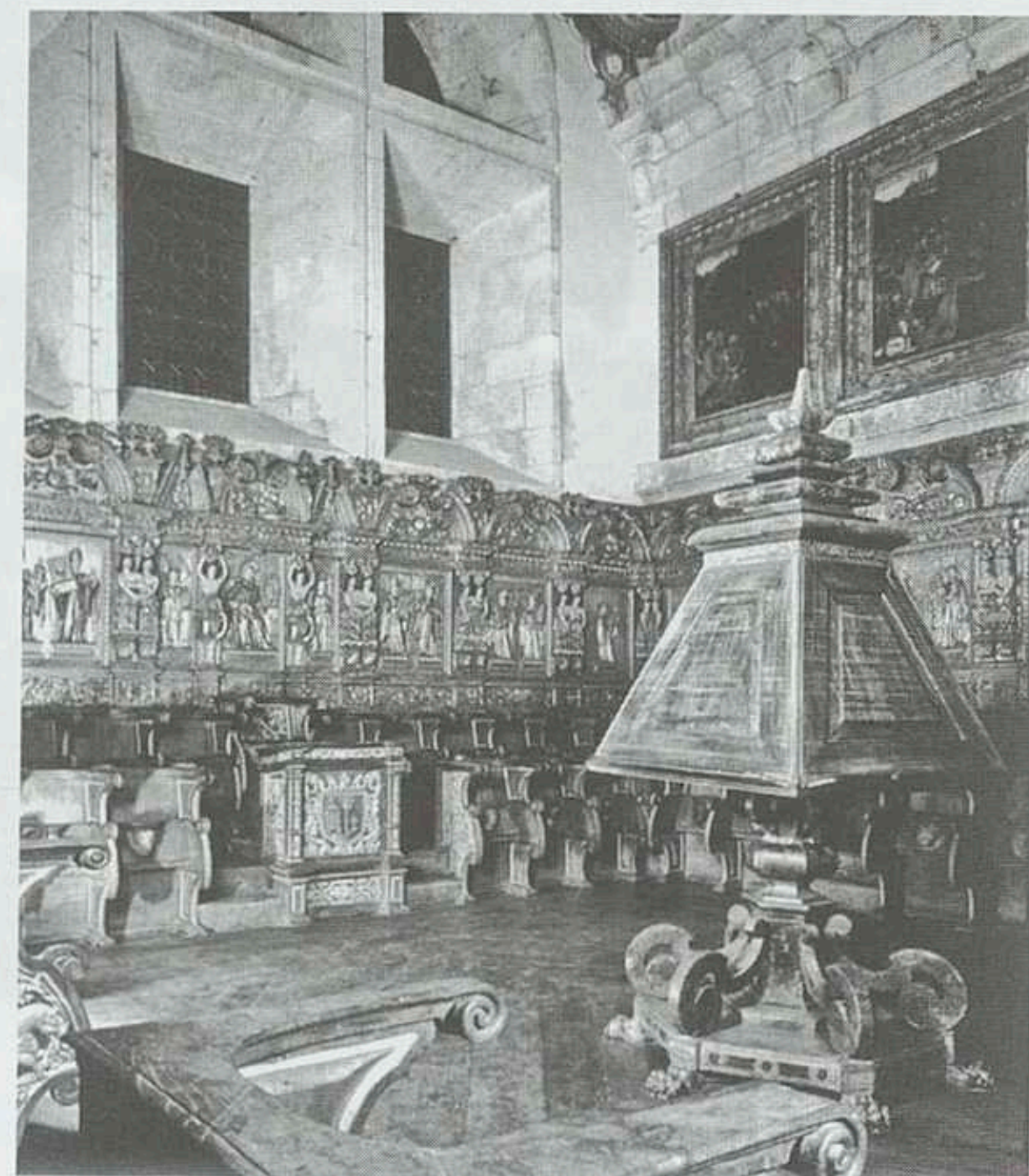


Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro - Biblioteca

O Plano de Estudos beneditino seguiu de imediato, como vimos, a reforma pombalina da Universidade, de 1772. Compram-se periódicos nacionais para as bibliotecas monásticas, como a *Gazeta de Lisboa*, mas também estrangeiros, como o *Mercúrio de França* e a *Gazeta de Londres*. As livrarias enchem-se de livros com obras de Montesquieu, Verney, Filinto Elísio, Vandelli, Mabillon, etc. Foi autorizada a presença de livros proibidos nalgumas bibliotecas conventuais, como verificamos pelo documento em que D. José autoriza a existência de algumas dessas obras em Tibães, anuindo ao pedido formulado pelo *Dom Abbade e mais monges do Convento de Tibães, da Ordem de S. Bento*, porque *necessitavão conservar na Livraria do dito Convento os livros prohibidos que podião ler as pessoas a quem eu concedia essa faculdade, pelo que me pedião lhe fizesse merce conceder licença para o dito effeito. [...] sou servido conceder licença aos supplicantes para que na sua Livraria do Convento de Tibães possam conservar quaisquer livros prohibidos [...] com condição porem, que os livros para que se lhe concede a licença os terem em estantes fechadas com chave e redes de arame, de sorte que não possam ser vistos, nem consintão sejam lidos por alguma pessoa não sendo daquellas que tenham igual licença da mesma Real Meza...*⁶

⁶ Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho, Conventos e Mosteiros, Tibães, Pasta n.º 712

A existência de obras como a *Enciclopédia*, as edições do Instituto de França, da Academia Real das Ciências e outras, são sinais evidentes da “penetração da ilustração nos claustros”⁷.



Mosteiro de São Martinho de Tibães
Coro Alto
Carlos Pombo

Para se intensificar o estudo e se poder disponibilizar mais tempo aos monges para o trabalho intelectual, a Congregação reforma o Cerimonial monástico, reduzindo alguns ofícios do Coro, como os de Terça, Sexta e Noa a um só, celebrando-se a missa às dez horas, para que tudo se faça pela manhã⁸, e simplificam-se as horas dos ofícios nos colégios para que os monges, mestres e estudantes, possam assim dedicar mais tempo ao estudo e à leitura. Promovem-se as ciências exactas como a Matemática, premiando-se os melhores, como vemos nas Actas Capitulares de 1798: *Leu-se uma petição do Padre Mestre Fr. Joaquim de Maria Santíssima, Bacharel formado em Matemática, em que pedia que a Arca Literária lhe concorresse para o Capelo = Despacha Capítulo Geral que em atenção a ser o suplicante o primeiro monge da Congregação que se gradua em Matemática e o único a quem Sua Majestade tem permitido tomar Capelo nesta faculdade, o Reverendíssimo com o parecer do Director Geral lhe possa dar alguma ajuda de custo*⁹.

⁷ RAMOS, Luís de Oliveira – Os Beneditinos e a Cultura: Ressonâncias da Ilustração. Porto: Faculdade de Letras, 1984. Separata da Revista *História*, II.ª Série, vol. I, pp. 159-186.

⁸ IANTT – *Actas Capitulares de Tibães*. Capítulo Geral de 1792, Livro n.º III, pp. 16v.-18v.

⁹ Idem, Capítulo Geral de 1798, pp. 37-38.

Cultiva-se o rigor na História, implementam-se os *Dietários*, que registam os factos mais notáveis do tempo; reformulam-se e constroem-se novos cartórios onde se possam guardar e transcrever os documentos com todo o cuidado.

Pretendia-se com tudo isto, que os mosteiros e a Congregação tivessem gente mais capaz para uma melhor administração, amante do estudo e das “luzes”, mais prolíficos nas artes e nas letras.

Fracturas e conflitos internos



Mosteiro de São Martinho de Tibães
Igreja – Vista geral
Teresa Silva

Mas a penetração destas novas ideias na Congregação vieram consolidar também fracturas internas que já existiam e que Camilo Castelo Branco tão bem refere na *Notícia dos Primeiros Galopins Eleitorais em Portugal*¹⁰. Fracturas que podemos designar como “regionalistas”, opondo minhotos e sulistas ou, se quisermos, a independência da Congregação nos seus

¹⁰ CASTELO BRANCO, Camilo – *Mosaico e Silva*. Porto: Lello & Irmão Ed., 1968. Lusitânia, 23. Sobre esta temática das dissensões internas na Congregação, ver também OLIVEIRA, Paulo – Camilo e os Primeiros Galopins Eleitorais à luz das Actas Capitulares de Tibães. *Mínia*. Braga: ASPA, 1996. 3.ª Série, Ano IV, pp. 33-50.

assuntos internos; ou ainda, por outro lado, a sujeição às tentativas efectivas de interferência da coroa na escolha dos mais altos cargos da administração beneditina. As fricções internas são evidentes nas *Actas Capitulares* ao longo de toda a história da Congregação ao nível das ideias, como a velha oposição do século XVI entre *Martinetes*, sediados em S. Martinho de Tibães, e os *Nicolaítas*, sediados em Coimbra¹¹. Estas oposições internas, que provêm dos inícios da Congregação, vão continuar ao longo dos tempos, sendo assim possível estabelecer dois grandes centros antagónicos: Tibães, como sede do governo do Geral, núcleo central da maioria dos mosteiros, casa de observância regular mais intensa, conservadora e avessa às inovações. O outro centro localizava-se em Coimbra, no colégio de S. Bento, próximo da Universidade, onde estudaram e também leccionaram alguns dos seus monges. A adesão às novas ideias foi lenta e a sua difusão difícil. “Os verdadeiros ilustrados constituíam um pequeno núcleo de vanguarda que lutou pela mudança”¹². No entanto, estas mudanças criaram resistências no seio da Congregação.



In Klosterhose – átrio do Claustro – séc.X
 Autor: Ad. Lehmanns
 Edição: F.E. Wachsmuth, Leipzig, s/d
 Luís Ferreira Alves

Os conflitos internos agudizam-se, como podemos verificar através da correspondência trocada entre homens como Fr. Joaquim de S.^a Clara e Fr. Francisco de S. Luís, a propósito de factos escandalosos ocorridos no colégio de Rendufe em 1803¹³. Trata-se de uma carta existente no Arquivo do Mosteiro de Singeverga que não está datada nem assinada, mas cuja escrita é igual

¹¹ Cf. ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto – Reforma de los beneditinos portugueses (1588-1589). In *Theologica*. Braga: Instituto Superior de Teologia, 1982. II Série, Vol. XVII-Fasc. I-IV, pp. 144-145.

¹² RAMOS, Luís de Oliveira – ob. cit., p. 31.

¹³ Sobre este assunto ver: Arquivo do Mosteiro de Singeverga - *Documentos e apontamentos vários relativos aos acontecimentos escandalosos no Mosteiro de Rendufe* (1803), Caixa 3, n.º 14.

a outras que existem no fundo de Fr. Francisco de S. Luís a ele dirigidas por Fr. Joaquim de S.^a Clara: *O negocio Renduffense ferio ao vivo a delicadeza do Baxá de trez caudas e tem inquietado hum pouco os seus eunucos, por desmentir sem Bulla as suas fanfarrices [...] mandou-se dizer ao Geral que acabasse por huma vez com tantas trapalhadas a respeito de frades prezos e fugidos; que aquelles fossem postos em liberdade e estes benignamente recebidos [...] Confesso-lhe que este affectado perdão hé o acto mais decizivo de despotismo que este miseravel homem tem até agora feito: e a não ser isso he effeito de pura ignorancia. [...] V. R.ma faça o uso que julgar prudente de tudo o que aqui lhe digo; e bom será queimar a carta depois de a ler. [...] Tenho de combater figurões, adulaadores, ignorantes e fanaticos*¹⁴.

“O Baxá de três caudas” era nem mais que o Geral, ao tempo Fr. José de S.^a Rosa Vasconcelos (1801-1804), a quem S.^a Clara acusa de déspota, ignorante, miserável e de ocultar um Aviso régio. Mas este constitui apenas um pequeno exemplo dos conflitos internos no seio da Congregação.

A questão entre Portugal e a Santa Sé nos anos de 1814 a 1816



Frei Joaquim de Santa Clara
 Pintura sobre tela
 Mosteiro de São Martinho de Tibães
 Jorge Inácio

¹⁴ Arquivo do Mosteiro de Singeverga – Fundo: Arquivo pessoal de Fr. Francisco de S. Luís: *Correspondência recebida* (1789-1843), Caixa 2, n.º 8, doc. n.º 4.

Ainda no longo período de regência de D. João VI (1792-1816) surge o caso que envolveu o nosso monge beneditino e que esteve na origem da ameaça de corte de relações entre Portugal e a Santa Sé. Foi a nomeação, por parte do monarca, de Fr. Joaquim de S.^a Clara Brandão para Arcebispo de Évora, em 1814.

Uma carta existente no Arquivo do Mosteiro de Singeverga dirigida a Fr. Francisco de S. Luís, aflora o problema que Fr. Joaquim de S.^a Clara [está assinada no fim como “Fr. J.” e no início com as iniciais S. C. (S.^a Clara)] teve com a Santa Sé. Nela, Fr. Joaquim protesta a amizade com Fr. Francisco de S. Luís, fala-lhe dos problemas que tem com os espírios dentro da Congregação e de não poder falar francamente *sem me expôr ao perigo de ser trahido*. Mais à frente, faz a referência: *O Papa sahio agora com huma Bulla contra o Synodo de Pistoia, a qual principia “Auctorem Fidei...” Com o devido respeito... não seria melhor que na prezente conjuntura Roma se occupasse em fazer preces, já que não pode mandar soldados para a Campanha?... Mas emfim, o Nuncio quer que a Bulla aqui se publique e tem feito todas as diligencias do seu officio*¹⁵. Está datada a carta de 25 de Outubro, sem referir o ano, mas pensamos que deve ter sido escrita em 1794, ano em que o Papa Pio VI exarou a referida Bula contra o concílio de Pistoia, onde censurou 85 das suas proposições¹⁶. Frei Joaquim de S.^a Clara não se livrou mais do estigma de regalista e galicanista, pois em 1814, 20 anos depois da Bula “*Auctorem Fidei*”, ainda era acusado de o ser e queriam, os seus opositores, que se retractasse e confessasse erros de doutrina para poder, eventualmente, tomar posse do cargo para que fora nomeado por D. João VI. Em 12 de Agosto de 1815, sai um Aviso do Rio de Janeiro, dirigido ao Patriarca de Lisboa, sobre este assunto, protestando o Governo português *que na Côte de Roma se lhe negara a Confirmação por se lhe imputarem suspeitas em Doutrina, aprovação do Concilio de Pistoia e escandalo de algumas propoziçoens no Elogio funebre do Marques de Pombal recitado nas suas exequias e que só lhe concederia se confe[ssa]sse e abjurasse os erros imputados, escrevendo huma carta ao Santo Padre em conformidade de huma nota do Cardeal Gonçalves e de hum modelo sugerido para este fim pela Curia Romana ao Ministro de Portugal [...]*

O mesmo Augusto Senhor, á vista de tão estranho e maravilhozo acontecimento, houve por bem dezaprovar o procedimento do Ministro em acceitar o modelo sugerido [...] ordenando-lhe que inste com toda a energia e efficacia até conseguir a Bulla em forma ordinaria, chegando até a ameaçar no ultimo extremo, com hum rompimento com a Corte de Roma e fazendo-lhe saber

¹⁵ Arquivo do Mosteiro de Singeverga – Fundo: Arquivo pessoal de Fr. Francisco de S. Luís: *Correspondência recebida* (1789-1843), Caixa 2, n.º 8, doc. n.º 3.

¹⁶ Cf. BETTENCOURT, D. Estevão, OSB – Galicanismo e Febronianismo. *Heresias*. In <http://www.paroquiade cachoeiradourada.hpg.ig.com.br/ESTUDO/heresia/heresiacristologica.html>. Consulta em 2002-05-31.

*que está deliberado a mandar fazer a Confirmação dentro do Reyno [...] E para manter ilezos os seus Reaes Direitos e regalias, determina que os Governadores do Reyno não concedão no Seu Real nome o Beneplacito Regio á referida Bulla, se não vier expedida na forma geral e costumada e sem menção alguma deste estranho, injusto e indecorozo procedimento...*¹⁷.

Assim, aos erros imputados a Fr. Joaquim de S.^a Clara (suspeitas de doutrina, como a de defender as conclusões do concílio de Pistoia, de causar escândalo público no elogio fúnebre do Marquês de Pombal), a quem o Papa obrigara a retractação para poder anuir na nomeação, respondeu o Governo Português com a ameaça de rompimento de relações caso a Bula de aprovação não viesse na “forma ordinária” e que o monarca estava “deliberado a fazer a confirmação dentro do reino”. Censurou ainda o governo a Fr. Joaquim por ter anuído na confissão de alguns dos erros e que poderiam ser utilizados de forma a inviabilizar a sua nomeação. Após os protestos do Governo português junto da Santa Sé, que implicou, posteriormente, a saída do auditor do Núncio de Portugal, a Bula de confirmação foi expedida pelo Papa e então D. Fr. Joaquim de S.^a Clara Brandão foi sagrado como Arcebispo de Évora, a 21 de Setembro de 1816¹⁸.

A censura régia a D. Fr. Joaquim encontramos-la também no *Dietário de Tibães*, numa resposta a uma carta dirigida pelo beneditino ao Príncipe Regente, em que pedia a *Sua Magestade o alivie e escuze do Arcebispado*, devido aos *dissabores que lhe tem cauzado a duvida da confirmação*¹⁹. Nesse ofício, o Príncipe faz saber a D. Fr. Joaquim que ficara muito desagradado com a sua anuência em escrever a carta ao Papa, *confessando erros que não tinha [...] e dando-se logo este triunfo à Curia Romana, ficando V.^a Ex.^a também na intelligencia de que o mesmo Augusto Senhor não há por bem allivia-lo do Arcebispado...*²⁰.

Encontramos no mesmo manuscrito um ofício dirigido ao Ministro Plenipotenciário em Roma, datado de 30 de Julho de 1816, afirmando que a recusa papal da aceitação do nomeado para Arcebispo de Évora, se devia às *intrigas e mau character do Auditor da Nunciatura em Lisboa, Vicente Machi*²¹, que deveria ser dali removido, *aproveitando-se occasião oportuna da nomeação do novo Nuncio, para se evitarem as cabalas e negociaçoens que elle promove*

¹⁷ ADB-UM, Colecção de Manuscritos – *Aviso sobre a nomeação de Fr. Joaquim de S.^a Clara para Arcebispo de Evora, cuja confirmação lhe fora negada pelo Papa, fundando-se em suspeições malevolas; e ofício trocado sobre este assunto*. 1815-1816. Ms. n.º 462^A. Este Aviso está também transcrito no *Dietário de Tibães* a fls. 143-144.

¹⁸ *Dietario de Tibães*, fls. 142v.-143.

¹⁹ Idem, fl. 144.

²⁰ Idem, fls. 144-145v.

²¹ Idem, fl. 145v.

com mão occulta e de que tira vantajoços lucros, dificultando a expedição dos negocios de Portugal nessa Corte²². Na mesma missiva, o Marquês de Aguiar censura também o Ministro Plenipotenciário por ter aceite o *modello que lhe dirigio o Secretario de Estado e o sugerisse ao nomeado para por elle escrever a Sua Santidade*²³, anuindo naquela indiscreta pertença e refinado modo de ganhar authoridade para vir a conseguir-se que sejam nomeados Bispos os que professarem doutrinas ultramontanas e agradarem por isso à Curia Romana, sendo este procedimento offensivo aos Direitos do Real Padroado [...] e que constituem huma das Regalias da Soberania e das que a Sua Magestade competem, como Protector da Religião e da Igreja e como Soberano a quem toca vigiar que os elleitos para os Bispados e mais Prelazias, sejam pessoas idoneas e tambem do Seu Real Decoro²⁴. Na mesma carta é ordenado ao mesmo Ministro, José Manuel Pinto de Sousa, para instar e replicar com energia e vehemencia ate conseguir a confirmação, expedindo a competente Bulla limpa de qualquer imputação que arguisse a nomeação²⁵, anunciando até, se fosse necessário, que no cazo em que o negocio não esteja ainda concluído, chegando ate a ameaçar com rompimento e com estar Sua Magestade deliberado, no cazo de se não verificar a confirmação, a manda-la fazer dentro do Reino, na forma da antiga disciplina, segundo o exemplo de outros Soberanos catholicos, como praticou em tempo não remoto Luis XV em França, o que, contudo, só deve praticar-se no ultimo extremo...²⁶. Terminando a carta, o Marquês de Aguiar, dirige-se ao Ministro em Roma ordenando-lhe que estando expedida a Bulla e já executado com o Placito regio, concedido no Real Nome pelos Governadores do Reino, V.^a S.^a pedirá e instará que se dê huma competente satisfação a Sua Magestade por este estranho e indecorozo procedimento...²⁷.

Desenhavam-se assim os contornos das lutas diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, como já noutros reinados tinha acontecido, como nos de D. João V e D. José e continuavam ainda no reinado de D. Maria I, apesar do poder ser exercido desde 1792 pelo Príncipe Regente – futuro rei em 1816 – D. João VI. As lutas centravam-se entre os partidários regalistas, herdeiros das “luzes” pombalinas, não afastados mas antes acarinhados e utilizados por D. João VI²⁸.

²² Dietario de Tibães, fl. 146.

²³ Idem, fl. 146v.

²⁴ Idem, fls. 146v-147.

²⁵ Idem, fl. 147.

²⁶ Idem, fl. 147v.

²⁷ Idem, fl. 147v.

²⁸ Cf. RAMOS, Luís de Oliveira – Problemas e virtualidades da Congregação de S. Bento nos fins do século XVIII. In *Sob o signo das “luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 18.

apoio na alta e independente soberania que o monarca recebia imediatamente de Deus²⁹ e os ultramontanos, defensores do poder do Papa e das suas prerrogativas de nomear os prelados da Igreja que chefiava. Neste braço de ferro, venceu a coroa portuguesa, que conseguiu impor a sua escolha, apesar dos esforços da nunciatura e do Vaticano para o impedir.

A problemática do não regresso da Companhia de Jesus

Porventura envolvido nesta luta diplomática estará o caso da tentativa de regresso da Companhia de Jesus a Portugal, restaurada pelo Papa Pio VII a 7 de Agosto de 1814, através da Bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum*³⁰. No Arquivo Distrital de Braga existe um pequeno manuscrito em que encontramos a referência ao possível regresso dos Jesuítas a território português, aprovando o Príncipe Regente – face aos pedidos e súplicas a si dirigidos – através de um Artigo da Secretaria de Estado, em que determina *fosse servido restabelecer em todos os meus Dominios a Companhia de Jesus, representando-me as vantagens que disso hão de tirar todos os meus vassallos*. Por haver necessidade de alterar a lei que os havia expulso, D. João VI *houve por bem mandar que se restabeça a religião dos Jesuítas por ora em todas as cidades e povoaçoens que os tem pedido com os seus collegios, hospícios, cazas professas, de noviciado, residencias, missoens, estabelecidas nas referidas cidades e Povoaçoens que os houverem pedido*³¹.

Está datado o documento de 29 de Março de 1815. A coroa anuiria assim ao regresso dos Jesuítas aos territórios portugueses, onde a sua presença fosse solicitada. Posteriormente, ouvido o Conselho, o Rei alteraria a “Pragmática Sanção de 2 de Abril de 1767” e a Companhia ficaria em condições de se instalar onde entendesse nos dominios da coroa portuguesa para a *felicidade temporal e espiritual dos meus vassallos e pela necessidade e utilidade publica que se há de seguir do restabelecimento da Companhia de Jesus*³². Atendendo às datas destes diversos documentos, vemos que o Artigo da Secretaria de Estado anuindo ao regresso dos Jesuítas, data de Março de 1815 e que as relações entre Portugal e a Santa Sé se deterioraram, em termos oficiais, em Agosto desse mesmo ano, devido à recusa, pelo Papa, de Fr. Joaquim de S.^a Clara

²⁹ Idem, pp. 14-18.

³⁰ GONÇALVES, Nuno – Jesuítas. In AZEVEDO, Carlos – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 27.

³¹ ADB-UM, Colecção de manuscritos, *Artigo comunicado pela Secretaria de Estado e do Despacho da Graça e Justiça*, ms. n.º 68¹³.

³² Idem.

para Arcebispo de Évora. Terá sido esta recusa do pontífice que terá conduzido D. João VI a recuar e a não autorizar definitivamente o regresso da Companhia de Jesus a Portugal?

A questão da nomeação de Fr. Joaquim de S.^a Clara e os problemas que causou entre Portugal e a Santa Sé, precisamente neste período de 1814 a 1816, terão estado na origem de o governo português ter comunicado a Roma a “determinação de nunca readmitir a Companhia de Jesus nos seus domínios”³³. Só no reinado de D. Miguel se verificou a efémera presença dos Jesuítas em Portugal, antes da extinção das Ordens Religiosas, precisamente entre 1829 e 1833.

³³ GONÇALVES, Nuno, ob. cit., p. 27.